

## POLÍTICA

Economia - Brasil

## CRISE

No ministério e no PT, meta fixada para a taxa de inflação é considerada baixa demais, e só poderá ser cumprida mediante a elevação dos juros, com prejuízos ao crescimento. Lula e Meirelles, em Davos, reagiram às críticas

# A aposta que racha o governo

LUIZ CARLOS AZEDO

DA EQUIPE DO CORREIO

**H**á um consenso na área política do governo de que a equipe econômica, no Ministério da Fazenda e no Banco Central, resolveu apostar corrida contra o relógio. Os críticos internos da política econômica, que estavam calados em obediência às repetidas recomendações do presidente Lula, não escondem as preocupações. Desde o ministro da Casa Civil, José Dirceu, ao presidente do BNDES, Guido Mantega, que foi ministro do Planejamento, todos os interlocutores do presidente Lula questionam a política de juros do Banco Central.

O ministro Antônio Palocci, da Fazenda, também já colocou as barbas de molho. Seu principal assessor, o economista Marcos Lisboa, admite que o governo corre riscos com a queda do dólar no mercado mundial, mas aposta na reestruturação da dívida pública, que está sendo "desdolarizada", e no avanço das chamadas reformas microeconômicas, no Congresso, para reduzir a vulnerabilidade do Brasil.

Todos concordam que a estratégia vem sendo executada com competência e poderia dar certo em dois ou três anos, mas o problema é que o êxito ou o fracasso

dependem sobretudo da política monetária norte-americana, que pode mudar a qualquer momento, com um forte aumento da taxa de juros nos Estados Unidos. Como a taxa de crescimento norte-americana ficou abaixo do esperado em 2004, o mercado teme que na próxima quarta-feira o Banco Central dos Estados Uni-

Tesouro, Joaquim Levy, que zela pelo cumprimento das metas estabelecidas junto ao FM, e o diretor de política econômica do Banco Central, Afonso Sant'Ana Bevilacqua, que cuida do controle da inflação. Os dois são apontados pelos economistas do PT como responsáveis pelo arrocho que está sendo dado na economia.

Enquanto Lula puxa a orelha dos ministros que não conseguiram executar o seu orçamento, o Tesouro comemora a superação das metas estabelecidas junto ao FMI, com um superávit primário (receitas mais despesas, excluídos os juros) de R\$ 81.112 bilhões. Ou seja, 4,61% do PIB, acima portanto da meta de 4,5% - um arrocho fiscal sem precedentes. Levy tem uma linha direta com o representante do FMI no Brasil, Max Alier, que sai em sua defesa sempre que a política de ajuste fiscal é atacada.

A economia para pagamento dos juros também superou a meta estabelecida com o FMI, que era de R\$ 71,5 bilhões. O saldo de R\$ 9,6 bilhões acima da meta, porém, não foi suficiente para o pagamento dos juros, aumentando a dívida pública. É aí que as altas taxas de juros do Banco Central representam uma armadilha.

Para Henrique Meirelles, presidente do Banco Central, a redução da taxa vai depender do com-

dos anuncie uma alta dos juros.

O ministro Antônio Palocci, da Fazenda, investiu muito na criação de um ambiente de otimismo e confiança, o "céu de brigadeiro" a que Lula se referia. Sua política tem três eixos: combate à inflação, controle dos gastos públicos e aumento das exportações. Com isso, conseguiu promover a retomada do crescimento, que superou as estimativas do próprio governo chegando à taxa de 5% do PIB.

A equipe econômica tem uma dupla do barulho. O secretário do

NAS ALTURAS

18,75%

é a taxa básica de  
juros fixada pelo  
Banco Central

Sergio Dutti/AE



PALOCCI: EMPENHO NA CRIAÇÃO DE UM AMBIENTE DE CONFIANÇA E OTIMISMO

portamento da inflação. Lula respeita e tem protegido Meirelles, mas discorda.

A tese de Meirelles é contestada no governo porque a meta de inflação (5,1% em 2005) é considerada exageradamente baixa. Para ser alcançada, exige a elevação da taxa de juros, com reflexos importantes sobre a atividade econômica. A área política prefere uma taxa de crescimento em torno de 5%, com uma taxa de in-

flação um pouco maior, a arcar com os custos sociais e políticos de uma política recessiva.

Lula diz que não aceita nova elevação dos juros. O problema é que precisa convencer Meirelles e não pode questionar o Banco Central publicamente, pois provocaria turbulências no mercado. A saída pode estar na escolha do novo ministro do Planejamento, cujo nome já estaria no bolso do colete do presidente.